

Nem a inflação é zero,
nem a negociação é livre

CONVOCADA GREVE GERAL

Dia 12 de junho, os trabalhadores vão parar o país de norte a sul, contra o arrocho e o desemprego



São Bernardo, 24 de maio: concentração com mais de quinze mil trabalhadores diz não à redução de salário e ao desemprego

O Partido dos Trabalhadores apóia a paralisação nacional convocada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) e chama todos os militantes e simpatizantes a participar ativamente na sua organização, a levar para os quatro cantos do país a plataforma unificada da greve geral:

- Definição imediata de uma legislação salarial que garanta a reposição plena da inflação.
- Recuperação das perdas salariais referentes a março, abril e maio.
- Contra a redução dos salários.
- Fim das demissões e estabilidade no emprego.
- Imediata execução das desapropriações rurais já listadas pela União para fins de reforma agrária.
- Defesa do patrimônio público.
- Defesa da democracia e das instituições.

QUATRO VERDADES SOBRE O PLANO COLLOR

1. O ARROCHO

O Plano Collor provocou, com duas medidas, um novo aperto nos salários dos trabalhadores: ao estabelecer em 0% a pré-fixação dos salários de abril, desconsiderou a inflação dos doze primeiros dias de março e seus reflexos sobre abril; ao abolir o sistema de pré-fixação e implantar uma dita *livre negociação*, permite aos empresários, fortalecidos pelas ameaças de demissões em massa, recusar qualquer forma de reajuste salarial e, até mesmo, forçar uma redução dos ganhos dos trabalhadores.

Nos primeiros dias do plano, a intervenção da escalada inflacionária permitiu um certo alívio. Agora, os preços já voltaram a subir, principalmente os dos alimentos. Com o país mergulhando na recessão, e

sem nenhum mecanismo de proteção dos salários, cai o poder de compra dos trabalhadores, diminui o mercado interno e aprofunda-se a crise. Em abril, só no estado de São Paulo, comprou-se 28% menos no que no ano anterior. Quantos empregos perdidos na indústria este número provoca?

Correr atrás do confisco salarial de março (84%, segundo o próprio IBGE) e da inflação disfarçada de abril (24%, segundo o DIEESE), lutar por um mecanismo legal de reajuste dos salários e pelo aumento do salário mínimo (hoje com o menor valor dos últimos 45 anos) são os únicos remédios para reativar a economia, incentivar o comércio e defender o emprego.



TRAMA MACABRA

A história do cambalacho que originou o Plano

No dia 16 de março, quando foi anunciado ao país o Plano Collor, a grande imprensa, como sempre desejosa de cumprir seu papel de carrapato do poder, começou a contar mirabolantes idas e vindas dos que seriam os pais do rebento recessivo. Somente algumas semanas depois, o *Jornal da Tarde*, vespertino paulistano, trazia à tona os fatos: o tão-falado Plano Brasil Novo havia sido gerado nas catacumbas do velho Brasil, nas salas da Escola Superior de Guerra. Em reuniões secretas, na calada da noite, assessores

do atual presidente trocaram figurinhas com os manda-chuvas das Forças Armadas e ouviram uma advertência: ou seguiam pelo caminho tramado pela ESG ou viria o caos e a desmoralização das instituições. Assustados, os meninos do Collor copiaram a receita e deram mais uma prova da subserviência das elites deste país ao poder fardado. Collor não nega sua origem: bom filhote da ditadura, herdou o ranço autoritário e da ESG chupou o plano, o desrespeito à democracia e à Constituição.

3. O CALOTE

Na campanha eleitoral, Collor jurou não mexer na caderneta de poupança, e chegou mesmo a acusar Lula de planejar um confisco contra o bolso do pequeno poupador. O atual presidente rasgou seu compromisso. Seu plano econômico, com a promessa de acabar com a inflação, deixou intacto todos os mecanismos da ciranda financeira e deixou abertas inúmeras torneiras para que os milionários retrassem seus fundos do Banco Central. Somente os pequenos ficaram a ver navios: poupanças, juntadas a duras penas para realizar algum sonho modesto, foram cruelmente confiscadas. No início, o povo acreditava que era um sacrifício necessário para por fim à inflação e, agora, com a subida dos preços, tudo foi em vão: os ricos continuam fazendo fortunas e os pobres

não têm como se proteger do arrocho e do desemprego. Para tentar desviar a atenção sobre o fracasso cada vez mais evidente das medidas econômicas, Collor encontrou um bode expiatório: o funcionalismo público. O maior fator de pressão sobre a dívida interna não é a folha de pagamentos mas a especulação financeira. O governo vende ao mercado títulos públicos, com certificado de recompra (ou seja, o governo se obriga a readquirir, das mãos dos banqueiros e empresas, seus próprios títulos). Começa aí uma história sem fim: para garantir a lucratividade dos grandes grupos, o governo vende por 100 um título que vai recomprar por 110. Collor não esconde sua origem: calote nos de baixo e favores aos de cima é o seu programa, que vai levando o país ao caos e ao desespero.

2. A INFLAÇÃO

A estratégia econômica do novo governo apoia-se num único pilar: o chamado *enxugamento de liquidez*. Basicamente, o governo identificou que a origem da inflação estava no excesso de dinheiro nas mãos do público (depositado em contas correntes, cadernetas, etc), o que estaria pressionando todos os preços para cima. Com a divulgação do Plano Collor, o governo congelou cerca de 80% de todo o dinheiro disponível. Tanto o comércio como a indústria, para manterem-se de pé, foram obrigados a rebaixar preços e liquidar estoques. Os grandes grupos começaram a cortar custos, principalmente a folha de pagamentos. E criou-se a seguinte situação: todo o dinheiro que foi voltando a

circular na economia concentrou-se nas mãos dos monopólios, enquanto os assalariados e pequenos proprietários (vítimas pelo confisco de suas poupanças, pelo desemprego e pela redução do salário real) ficaram a seco. Os preços, agora, voltaram a subir (a inflação de maio em São Paulo, por exemplo, foi de quase 10%) e os salários continuam congelados. Os ricos, com mil maracutais, puderam sacar seus cruzados, mas as reservas dos assalariados, dos pequenos poupadores e pequenas empresas foram confiscadas. Os *descamisados*, com o arrocho e o desemprego, vão passar o inverno com frio, mas os milionários já estão comprando seus casacos de pele.

4. A MARACUTAIA

O Brasil Novo do presidente trapalhão continua a ser o paraíso dos espertalhões. Aos poucos, vão sendo revelados os acordos que estão por trás do Plano Collor, principalmente aqueles contraídos com as multinacionais e os bancos estrangeiros. O governo liberou o câmbio e provocou, entre 16 de março e 19 de maio, uma desvalorização superior a 20% do cruzeiro em relação ao dólar, beneficiando os grupos exportadores. Vários produtos — carros, eletrodomésticos de luxo, etc — vão poder ser importados pelos ricos, mas a compra de máquinas e equipamentos, com o fim dos

subsídios, ficou bem mais cara, dificultando o acesso do país à alta tecnologia. O governo determinou ampla liberdade para a remessa de lucros e dividendos para o exterior, bem como a utilização de cruzados congelados para o pagamento de contratos da dívida externa anteriores à 16 de março. Analise estas medidas e repare o que vai ser o Brasil Novo, se deixarmos os trapalhões aprontarem das suas: um país parado no tempo, no qual os ricos vão poder comprar do bom e do melhor e os trabalhadores coagidos a aceitar qualquer salário para manter o emprego.